

Revolução Constitucionalista de 32

Os políticos paulistas, sobretudo os dirigentes do P.R.P. (Partido Republicano Paulista), não se conformaram com a vitória da Revolução de 30. A nomeação de João Alberto como interventor de São Paulo, propiciou-lhes motivos para o desencadeamento de uma grande propaganda contra o governo federal, na qual se destacavam lemas bem elucidativos: "São Paulo conquistado!!", "São Paulo dominado por gente estranha!", "Convocação imediata da Constituinte!", "Tudo pela Constituição!"

Embora João Alberto, sentindo dificuldades para administrar o Estado, pedisse demissão, e seguidamente ocupassem a interventoria de São Paulo o magistrado Laudo de Camargo, o general Manuel Rabelo e o antigo diplomata Pedro de Toledo, a onda de agitação e descontentamento prosseguiu. Particularmente entre os estudantes das escolas superiores paulistas repercutiria a campanha. Esquecendo suas velhas rivalidades, uniram-se os "perrepistas", ou membros do PRP, aos "democráticos", componentes do antigo Partido Democrático, formando-se então uma nova "Frente Única".

Mesmo diante da promessa de eleições, de nova Constituição e a nomeação de interventor paulista para São Paulo, o Estado do café se levanta contra a Revolução de 30.

Rebentou a revolução paulista a 9 de julho de 1932. São Paulo já possuía um governante civil e paulista, de modo que a grande reivindicação foi à constitucionalização do país. Mas o Estado paulista ficou só, não houve adesão das outras oligarquias dos demais Estados.

A direção do levante coube ao general Isidoro Dias Lopes, apoiado pelo general Bertoldo Klinger, que veio de Mato Grosso com um forte contingente. Conquanto realizassem os paulistas, prodígios de técnica produzissem munição de infantaria, construíssem morteiros, encourçassem trens e automóveis e mobilizassem todos os seus recursos materiais e humanos, o governo federal reuniu as forças disponíveis e, contando também com milícias estaduais, dominou a grande rebelião.

Getúlio vence a Revolução, mas mesmo assim o governo percebeu que era difícil governar sem as oligarquias paulistas. Ademais, os militares legalistas não viam com simpatia as reivindicações dos tenentes "mais à esquerda". Para não perder o poder, Vargas convoca uma Constituinte visando a conciliar as diversas tendências.